



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO:**

**Nº DE001/2026PMQ**

### **CONTRATANTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE.**

### **OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO, LICENCIAMENTO, GERENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO, EM AMBIENTE WEB, DESTINADO AO CONTROLE DE REQUISIÇÕES ADMINISTRATIVAS, GESTÃO DE GASTOS PÚBLICOS, CONTROLE DE ESTOQUE E ACOMPANHAMENTO DOS SALDOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE/BA.**

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 26.433,29 (VINTE E SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).**

### **DATA DA SESSÃO:**

**08 DE MAIO DE 2026**

### **HORÁRIO DA FASE DE LANCES:**

**08 ÀS 14 HORAS**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE001/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho por meio do Agente de Contratação, realizará **DISPENSA**, em sua forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na Plataforma **LICITANET** por meio do site <https://licitanet.com.br>, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Nº 249 de 03 de Março de 2022 e o Decreto Nº 460, 17 de janeiro de 2024, demais legislação aplicável.

**Data da sessão:** 08 de maio de 2026

**Horário:** 08 h00min às 14h00min

**Link:** <https://licitanet.com.br>

**Critério de Julgamento:** Menor preço por lote

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

### **1.0. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, **contratação a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implementação, licenciamento, gerenciamento, suporte técnico e manutenção de sistema informatizado integrado, em ambiente web, destinado ao controle de requisições administrativas, gestão de gastos públicos, controle de estoque e acompanhamento dos saldos de contratações públicas do Município de Quijingue/BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2.0. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras da LICITANET – <https://licitanet.com.br>, disponível no Portal do LICITANET, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>.

2.2. O procedimento será divulgado no [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema da Plataforma da LICITANET, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

2.3. O <https://licitanet.com.br> poderá ser acessado pela web.

2.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.5.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.5. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.5.7. Sociedades cooperativas.

**3.0. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca dos serviços, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.10.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.10.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.10.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.13. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.14. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.15. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

**4.0. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**5.0. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

5.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.6. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

5.7. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários, no prazo de **2 (duas) horas**.

5.8. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.9. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora, se for o caso.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.11.1. Contiver vícios insanáveis;

5.11.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.11.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.11.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.11.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.11.7. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.11.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.11.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6.0. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro>.

c) Relação de apenados TCM/BA, através do link <https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>.

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

6.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.7. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do sistema eletrônico da realização do certame no site do <https://licitanet.com.br>, nos documentos por ele abrangidos.

6.9. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes no sistema da **LICITANET** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.10. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 2 (duas) horas, contados da convocação a ser exposta.

6.11. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, sob pena de inabilitação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

(art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.14. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.15. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.16. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.17. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.19. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.20. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.22. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

contratações de serviços para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal. (art. 20 da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

#### **7.0. DA CONEXÃO NO SISTEMA**

7.1. Os licitantes deverão permanecer conectados no sistema após a etapa de lances até o encerramento do certame para:

- a) Responder em campo próprio eventual negociação solicitada;
- b) Encaminhar a proposta readequada ao último lance ofertado;
- c) Encaminhar os documentos de habilitação no campo do sistema utilizado para julgamento das propostas;
- d) Responder ao chat sobre quaisquer outros questionamentos formulados;

7.2. A ausência de manifestação quanto a possibilidade de negociação poderá ser entendida como impossibilidade de redução dos valores.

7.3. A ausência de envio da proposta reajustada ao último lance ofertado incorrerá na desclassificação da proposta.

7.4. A ausência de envio de documentos de habilitação solicitados pelo Agente de Contratação incorrerá na inabilitação do licitante.

#### **8.0. CONTRATAÇÃO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até **03 (dias) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.5. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.9. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, conforme o que preceitua o Art. 106 da lei 14.133/2021, considerada da data de assinatura do respectivo Contrato, e por se tratar de serviços de uso continuado o contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 107 da lei 14.133/2021.

8.10. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**9.0. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

9.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

9.10. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

10.1.4. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

10.12.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;



***Prefeitura Municipal de QUIJINGUE***

***CNPJ Nº 13.698.782/0001-26***

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

10.12.3. ANEXO III – Modelo Padronizado de Proposta

10.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Quijingue/BA, 04 de maio de 2026.

**José Romero Rocha Matos Filho**  
**Prefeito Municipal de Quijingue**

**Gabriella Beatriz Rocha Matos**  
**Secretária de Finanças**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE001/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº060/2026**  
**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

1.1 Constitui objeto da presente contratação a seleção de proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão pública municipal, com foco na área tributária e fiscal, incluindo sistema de nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e), pelo prazo determinado, com atualização mensal, abrangendo serviços de conversão de dados pré-existentes, migração, implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, customização, acesso remoto e atendimento técnico.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL POR PRAZO DETERMINADO, COM ATUALIZAÇÃO MENSAL, QUE GARANTA AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, INCLUINDO, CONVERSÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE E ATENDIMENTO TÉCNICO, CUSTOMIZAÇÃO, ACESSO REMOTO, VISITA IN LOCO PARA OS SOFTWARES DE TRIBUTOS (CONTENDO CERTIDÃO NEGATIVA WEB, EMISSÃO DE IPTU E TFF WEB), O QUAL DEVERÁ FUNCIONAR NA MODALIDADE DESKTOP E WEB E SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA WEB	Mês	12	R\$ 4.454,17

1.2 A solução deverá contemplar sistema de gestão tributária municipal com funcionalidades que permitam o cadastro, lançamento, controle e arrecadação de tributos, incluindo, no mínimo:

1.2.1 Emissão de IPTU;

1.2.2 Emissão de Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF;

1.2.3 Emissão de certidão negativa de débitos em ambiente web;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

1.2.4 Disponibilização de portal do contribuinte;

1.2.5 Controle e gerenciamento das receitas tributárias.

1.3 Deverá ser disponibilizado sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), em ambiente web, em conformidade com a legislação vigente, permitindo emissão, controle e gerenciamento das notas fiscais pelos contribuintes.

1.4 A solução deverá operar em ambiente tecnológico que assegure acesso eficiente aos usuários internos e aos contribuintes, preferencialmente em plataforma web, podendo contemplar funcionalidades em ambiente local (desktop), desde que não comprometa a interoperabilidade, a segurança da informação e a competitividade do certame.

1.5 Incluem-se no objeto, sem prejuízo de outros requisitos a serem detalhados neste Termo de Referência:

1.5.1 Implantação completa do sistema, incluindo instalação, configuração e parametrização;

1.5.2 Conversão e migração de dados existentes;

1.5.3 Capacitação inicial dos usuários;

1.5.4 Suporte técnico contínuo;

1.5.5 Manutenção corretiva, preventiva, legal e evolutiva;

1.5.6 Atualizações periódicas para adequação às alterações normativas;

1.5.7 Customizações necessárias ao atendimento das especificidades do Município.

1.6 A contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada da solução, cuja divisão poderá comprometer a funcionalidade do sistema, a integridade das informações e a eficiência da gestão tributária, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

1.7 O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

## **02. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

2.1 O objeto da presente contratação classifica-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente disponíveis entre fornecedores especializados.

2.2 Trata-se de prestação de serviços de natureza contínua, considerando que a solução deverá ser disponibilizada e mantida de forma ininterrupta, sendo essencial ao funcionamento das atividades



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

administrativas da gestão tributária municipal.

2.3 O objeto não se enquadra como serviço de engenharia, nem como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como serviço de tecnologia da informação aplicado à gestão pública.

2.4 A contratação envolve licenciamento e locação de software, bem como prestação de serviços associados, tais como implantação, suporte técnico, manutenção e atualização contínua, sendo tais serviços considerados acessórios e indispensáveis ao funcionamento da solução.

2.5 O objeto será executado sob regime de execução indireta, mediante contratação de empresa especializada, nos termos da legislação vigente.

**03 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.**

3.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização e aprimoramento da gestão tributária municipal, com vistas a garantir maior eficiência administrativa, controle das receitas públicas e atendimento adequado aos contribuintes.

3.2 O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que envolve o fornecimento de solução tecnológica padronizada, disponível no mercado, cujos requisitos de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais.

3.3 A contratação de sistema informatizado de gestão tributária e nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) é indispensável para assegurar o cumprimento das obrigações legais relacionadas à arrecadação municipal, à emissão de documentos fiscais e à prestação de serviços ao contribuinte.

3.4 A ausência ou inadequação de solução tecnológica compromete o controle das receitas tributárias, dificulta a gestão fiscal e limita a oferta de serviços digitais, impactando diretamente na eficiência administrativa e na arrecadação própria do Município.

3.5 A solução pretendida permitirá a automatização dos processos tributários, maior confiabilidade das informações, melhoria na fiscalização e incremento da arrecadação municipal, além de promover a digitalização dos serviços públicos.

3.6 A opção pela contratação de empresa especializada, em detrimento do desenvolvimento interno de sistema próprio, justifica-se pela necessidade de solução pronta, testada e em constante atualização, com suporte técnico contínuo, menor custo operacional e redução de riscos de descontinuidade.

3.7 Dessa forma, a contratação encontra-se devidamente fundamentada sob os aspectos técnico, operacional e legal, atendendo aos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público.

**04 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

4.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão pública municipal, com foco na área tributária e fiscal, incluindo sistema de nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e), contemplando implantação, conversão de dados, migração, parametrização, treinamento, suporte técnico e manutenção contínua.

4.2 A solução deverá ser estruturada de forma integrada, em plataforma tecnológica única ou interoperável, garantindo a consistência das informações e a comunicação entre os módulos que compõem o sistema.

**4.3 Módulos Funcionais da Solução**

4.3.1 A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes módulos:

**4.3.1.1 Módulo de Gestão Tributária Municipal, incluindo:**

- a) Cadastro de contribuintes;
- b) Lançamento e controle de tributos municipais;
- c) Emissão de IPTU;
- d) Emissão de Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF;
- e) Controle de arrecadação e inadimplência;
- f) Emissão de certidão negativa de débitos em ambiente web.

**4.3.1.2 Módulo de Portal do Contribuinte (Web), permitindo:**

- a) Consulta de débitos;
- b) Emissão de guias;
- c) Emissão de certidões;
- d) Acesso remoto aos serviços tributários.

4.3.1.3 Módulo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), incluindo:

- a) Emissão de notas fiscais eletrônicas;
- b) Controle e gerenciamento das notas emitidas;
- c) Atendimento à legislação vigente;
- d) Acesso pelos contribuintes via ambiente web.

**4.4 Ambiente Tecnológico**

4.4.1 A solução deverá operar preferencialmente em ambiente web, acessível por navegadores padrão de mercado.

4.4.2 Poderá contemplar funcionalidades em ambiente local (desktop), desde que tais funcionalidades não comprometam a interoperabilidade do sistema, a segurança da informação e a competitividade do certame.

4.4.3 O sistema deverá permitir acesso simultâneo por múltiplos usuários, com controle de permissões por níveis de acesso.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**4.5 Serviços Associados à Solução**

4.5.1 A contratação deverá contemplar todos os serviços necessários ao pleno funcionamento da solução, incluindo:

4.5.1.1 Conversão de dados pré-existentes;

4.5.1.2 Migração de informações;

4.5.1.3 Implantação e parametrização do sistema;

4.5.1.4 Testes operacionais e validação;

4.5.1.5 Capacitação inicial dos usuários;

4.5.1.6 Suporte técnico contínuo;

4.5.1.7 Manutenção corretiva, preventiva, legal e evolutiva;

4.5.1.8 Atualizações periódicas para adequação às alterações normativas;

4.5.1.9 Customizações necessárias ao atendimento das especificidades do Município.

**4.6 Segurança e Controle**

4.6.1 O sistema deverá garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

4.6.2 Deverá possuir controle de acesso por usuários e perfis, bem como registro de logs das operações realizadas.

4.6.3 Deverá assegurar mecanismos de backup e recuperação de dados.

**4.7 Integração e Interoperabilidade**

4.7.1 A solução deverá possibilitar integração com outros sistemas utilizados pela Administração, sempre que tecnicamente viável.

4.7.2 A integração deverá assegurar consistência e confiabilidade das informações compartilhadas.

**4.8 Justificativa da Solução Adotada**

4.8.1 A adoção de solução integrada mostra-se tecnicamente mais adequada do que alternativas fragmentadas, por garantir maior eficiência operacional, padronização dos processos, segurança das informações e melhoria na gestão tributária municipal.

**05 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

**5.1 REQUISITOS GERAIS E DE QUALIFICAÇÃO**

5.1.1 A solução deverá ser desenvolvida, implementada e mantida por equipe técnica qualificada, com comprovada experiência em sistemas de gestão pública, especialmente na área tributária, considerando as particularidades da Administração Pública em relação à iniciativa privada.

5.1.2 A contratada deverá comprovar experiência prévia mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços similares ou de complexidade superior.

5.1.3 Considera-se serviço similar a cessão de direito de uso de software de gestão pública contemplando, no mínimo, módulos de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

Planejamento, Orçamento, Execução Orçamentária, Contabilidade, Tesouraria, Portal da Transparência, Arrecadação e Gestão de Pessoas.

5.1.4 A contratada deverá disponibilizar consultores especializados por área funcional dos módulos contratados, os quais deverão atuar diretamente na implantação, migração e treinamento dos servidores.

5.1.5 A solução deverá atender integralmente à legislação vigente, especialmente:

Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 12.527/2011, Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 10.540/2020.

**5.2 REQUISITOS DE INFRAESTRUTURA, DISPONIBILIDADE E ARQUITETURA**

5.2.1 A solução deverá ser disponibilizada em ambiente de computação em nuvem ou local, sem custos adicionais para a Administração.

5.2.2 O ambiente deverá possuir SLA mínimo de 99% de disponibilidade, com redundância e replicação em datacenter secundário.

5.2.3 O sistema deverá operar em arquitetura que permita acesso simultâneo de múltiplos usuários, com desempenho adequado e estabilidade operacional.

5.2.4 A autenticação poderá ocorrer por integração com a base de usuários da rede corporativa da contratante.

**5.3 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E AUDITORIA**

5.3.1 O sistema deverá possuir controle rigoroso de acesso por usuário e por grupo de usuários, com permissões diferenciadas.

5.3.2 O controle deverá permitir restrição por funcionalidade, entidade e tipo de operação (inclusão, alteração, exclusão e consulta).

5.3.3 O sistema deverá registrar logs completos contendo usuário, operação, data, hora e local de acesso.

5.3.4 Deverá permitir auditoria independente dos logs pela Administração, sem necessidade de intervenção da contratada.

5.3.5 Deverá garantir integridade dos dados contra falhas, ataques ou inconsistências.

5.3.6 O datacenter deverá possuir proteção contra ataques cibernéticos, incluindo ransomware.

5.3.7 Deverá realizar backups automáticos e permitir restauração eficiente, garantindo acesso pleno aos dados.

5.3.8 A contratada deverá disponibilizar backup atualizado sempre que solicitado pela Administração.

5.3.9 A solução deverá observar a legislação de proteção de dados pessoais (LGPD), garantindo sigilo e confidencialidade das informações.

**5.4 REQUISITOS FUNCIONAIS – SISTEMA TRIBUTÁRIO**

5.4.1 O sistema deverá ser multiusuário, com controle simultâneo de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

operações e segurança contra acessos indevidos.

5.4.2 Deverá permitir cadastro completo de contribuintes, imóveis, atividades econômicas, fiscais e demais entidades administrativas.

5.4.3 Deverá permitir lançamento, cálculo, controle e arrecadação de tributos municipais, conforme legislação local.

5.4.4 Deverá contemplar emissão de IPTU, TFF, ITBI, taxas diversas e controle de dívida ativa.

5.4.5 Deverá permitir parcelamentos, emissão de carnês, guias, notificações e relatórios fiscais completos.

5.4.6 Deverá possuir integração com instituições bancárias para baixa automática de pagamentos.

5.4.7 Deverá possuir parametrização conforme legislação municipal, sem necessidade de alteração de código-fonte.

**5.5 MÓDULO WEB (PORTAL DO CONTRIBUINTE)**

5.5.1 Deverá permitir acesso via navegador, independente de plataforma.

5.5.2 Deverá disponibilizar:

- Emissão de CND;
- Emissão de guias;
- Consulta de débitos;
- Segunda via de IPTU e taxas.

**5.6 SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NFS-e)**

5.6.1 Deverá permitir emissão, cancelamento, substituição e controle das notas fiscais eletrônicas.

5.6.2 Deverá operar via web e atender à legislação vigente.

5.6.3 Deverá permitir integração com sistema tributário e geração de guias.

5.6.4 Deverá permitir envio de RPS, controle de créditos e relatórios fiscais.

**5.7 IMPLANTAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO**

5.7.1 A implantação deverá contemplar todas as etapas técnicas: instalação, parametrização, migração e validação.

5.7.2 Todas as alterações deverão ser formalmente registradas entre as partes.

**5.8 TREINAMENTO**

5.8.1 A contratada deverá apresentar plano completo de treinamento.

5.8.2 Deverá ofertar carga mínima de 48 horas.

5.8.3 Deverá fornecer material didático e avaliação de aprendizado.

**5.9 SUPORTE TÉCNICO**

5.9.1 Deverá prestar suporte contínuo, remoto e presencial.

5.9.2 Atendimento mínimo em horário comercial.

5.9.3 Visitas técnicas inclusas no valor contratual.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**5.10 SUSTENTABILIDADE**

5.10.1 A solução deverá priorizar digitalização e redução de papel.

5.10.2 Deverá observar normas ambientais aplicáveis.

**5.11 SUBCONTRATAÇÃO**

5.11.1 Não será admitida subcontratação.

**06 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

6.1 A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela implantação, disponibilização, manutenção e suporte da solução.

**6.2 Fases de Execução**

6.2.1 A execução do objeto será realizada em etapas sequenciais e integradas, conforme descrito a seguir:

**6.2.1.1 Fase de Implantação**

a) Levantamento técnico detalhado junto aos setores da Administração;

b) Instalação e disponibilização do sistema em ambiente adequado;

c) Parametrização conforme legislação municipal e necessidades da Administração;

d) Estruturação de usuários, perfis e permissões de acesso;

e) Configuração das fórmulas de cálculo tributário;

f) Adequação de relatórios, layouts, documentos e rotinas operacionais;

g) Testes operacionais e validação funcional do sistema.

**6.2.1.2 Fase de Migração de Dados**

a) Levantamento e análise da base de dados existente;

b) Conversão e importação das informações para o novo sistema;

c) Validação dos dados migrados;

d) Correção de inconsistências identificadas;

e) Garantia de integridade e rastreabilidade das informações migradas.

**6.2.1.3 Fase de Capacitação**

a) Execução do plano de treinamento apresentado pela contratada;

b) Capacitação dos usuários nos níveis operacional e gerencial;

c) Disponibilização de material didático e suporte durante o treinamento;

d) Avaliação da eficácia do treinamento pela Administração.

**6.2.1.4 Fase de Operação Assistida**

a) Acompanhamento intensivo das atividades iniciais;

b) Correção de falhas identificadas durante a utilização;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

- c) Ajustes operacionais e funcionais necessários;
- d) Suporte técnico prioritário durante o período inicial de uso.

**6.2.1.5 Fase de Execução Contínua**

a) Disponibilização permanente do sistema em ambiente de produção;

b) Prestação de suporte técnico contínuo;

c) Realização de manutenções corretivas, preventivas e evolutivas;

d) Atualizações periódicas para adequação às alterações legais;

e) Monitoramento do desempenho e da disponibilidade da solução.

**6.3 Forma de Prestação dos Serviços**

6.3.1 Os serviços serão prestados predominantemente de forma remota, por meio de acesso ao sistema e ferramentas de suporte.

6.3.2 Sempre que necessário, a contratada deverá realizar atendimento presencial, mediante solicitação da Administração.

6.3.3 O acesso remoto pela contratada deverá ocorrer mediante autorização da Administração, garantindo a segurança das informações.

**6.4 Prazos de Execução**

6.4.1 A fase de implantação deverá ser concluída no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e aprovação da Administração.

6.4.2 A execução contínua terá duração conforme vigência contratual, assegurando a prestação ininterrupta dos serviços.

**6.5 Responsabilidades da Contratada na Execução**

6.5.1 Executar todos os serviços necessários ao pleno funcionamento da solução;

6.5.2 Garantir a integridade, segurança e disponibilidade das informações;

6.5.3 Atender aos prazos e níveis de serviço estabelecidos;

6.5.4 Manter equipe técnica qualificada durante toda a execução;

6.5.5 Corrigir falhas e inconsistências identificadas;

6.5.6 Garantir a compatibilidade da solução com as exigências legais vigentes.

**6.6 Fiscalização e Acompanhamento**

6.6.1 A execução do contrato será acompanhada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2 A fiscalização verificará:

6.6.2.1 Funcionamento do sistema;

6.6.2.2 Cumprimento dos requisitos técnicos;

6.6.2.3 Atendimento aos níveis de serviço;

6.6.2.4 Qualidade do suporte técnico;

6.6.2.5 Regularidade das atualizações.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**6.7 Critérios de Aceitação**

6.7.1 A aceitação da implantação ocorrerá após validação formal da Administração.

6.7.2 A execução contínua será considerada satisfatória mediante:

6.7.2.1 Funcionamento regular do sistema;

6.7.2.2 Ausência de falhas críticas;

6.7.2.3 Atendimento dos chamados técnicos dentro dos prazos estabelecidos.

**6.8 Continuidade do Serviço e Transição**

6.8.1 A contratada deverá garantir a continuidade dos serviços durante toda a vigência contratual.

6.8.2 Em caso de encerramento do contrato, a contratada deverá:

6.8.2.1 Disponibilizar base de dados completa e atualizada;

6.8.2.2 Garantir exportação em formato aberto e acessível;

6.8.2.3 Prestar apoio técnico para transição, quando solicitado.

**07 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.**

7.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, competindo-lhes acompanhar, monitorar e avaliar a execução do objeto, bem como adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

**7.2 Estrutura de Governança Contratual**

7.2.1 A execução contratual contará, no mínimo, com os seguintes agentes:

7.2.1.1 Gestor do Contrato: responsável pelo acompanhamento global da execução, controle de prazos, gestão de riscos, validação de entregas estratégicas e adoção de providências administrativas;

7.2.1.2 Fiscal Técnico do Contrato: responsável pela verificação do funcionamento da solução, análise de conformidade técnica, acompanhamento da implantação, migração de dados e operação do sistema;

7.2.1.3 Fiscal Administrativo: responsável pela verificação documental, controle de pagamentos, análise de regularidade fiscal e cumprimento das obrigações contratuais acessórias.

**7.3 Atribuições do Gestor do Contrato**

7.3.1 Acompanhar a execução global do contrato;

7.3.2 Controlar prazos contratuais e cronograma de implantação;

7.3.3 Validar a conclusão das fases de execução (implantação, migração, operação assistida);

7.3.4 Avaliar desempenho da contratada;

7.3.5 Propor aplicação de sanções, quando cabível;

7.3.6 Gerenciar riscos contratuais;

7.3.7 Autorizar pagamentos após ateste técnico.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

7.4 Atribuições do Fiscal Técnico

7.4.1 Verificar o funcionamento do sistema e seus módulos;

7.4.2 Acompanhar a migração de dados e validar integridade das informações;

7.4.3 Monitorar o cumprimento dos níveis de serviço (SLA);

7.4.4 Avaliar qualidade do suporte técnico;

7.4.5 Registrar ocorrências e não conformidades;

7.4.6 Emitir relatórios técnicos periódicos.

7.5 Atribuições do Fiscal Administrativo

7.5.1 Verificar documentação fiscal e trabalhista da contratada;

7.5.2 Controlar prazos de pagamento;

7.5.3 Conferir notas fiscais e documentos de cobrança;

7.5.4 Apoiar o gestor na formalização de atos administrativos.

7.6 Instrumentos de Monitoramento e Controle

7.6.1 A execução será acompanhada por meio de:

7.6.1.1 Relatórios mensais de execução;

7.6.1.2 Registro de chamados técnicos;

7.6.1.3 Indicadores de desempenho (SLA);

7.6.1.4 Relatórios de disponibilidade do sistema;

7.6.1.5 Relatórios de auditoria e logs do sistema.

7.7 Comunicação entre as Partes

7.7.1 A comunicação deverá ocorrer por meios formais, tais como:

7.7.1.1 Sistema de chamados;

7.7.1.2 Correio eletrônico institucional;

7.7.1.3 Ofícios e comunicações formais.

7.7.2 Todas as demandas, ocorrências e decisões relevantes deverão ser registradas formalmente.

7.8 Gestão de Ocorrências e Não Conformidades

7.8.1 As falhas identificadas deverão ser registradas pelo fiscal do contrato.

7.8.2 A contratada será notificada para correção no prazo estabelecido.

7.8.3 O não atendimento poderá ensejar aplicação de sanções.

7.9 Avaliação de Desempenho

7.9.1 A contratada será avaliada periodicamente com base nos seguintes critérios:

7.9.1.1 Cumprimento dos níveis de serviço (SLA);

7.9.1.2 Qualidade do suporte técnico;

7.9.1.3 Disponibilidade do sistema;

7.9.1.4 Confiabilidade das informações;

7.9.1.5 Cumprimento dos prazos de implantação e manutenção.

7.10 Aplicação de Sanções



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

7.10.1 O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na legislação vigente.

7.10.2 As sanções serão aplicadas de forma gradativa, observando a gravidade da infração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.11 Gestão de Riscos**

7.11.1 A gestão contratual deverá considerar, no mínimo, os seguintes riscos:

7.11.1.1 Falhas na migração de dados;

7.11.1.2 Indisponibilidade do sistema;

7.11.1.3 Vazamento ou perda de dados;

7.11.1.4 Dependência tecnológica da contratada;

7.11.1.5 Descumprimento de obrigações legais.

7.11.2 Deverão ser adotadas medidas preventivas e corretivas para mitigação dos riscos identificados.

**7.12 Continuidade e Transição Contratual**

7.12.1 A contratada deverá garantir a continuidade dos serviços durante toda a vigência contratual.

7.12.2 Ao término do contrato, deverá:

7.12.2.1 Entregar base de dados completa e atualizada;

7.12.2.2 Disponibilizar dados em formato aberto;

7.12.2.3 Prestar apoio técnico para transição.

**08 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

**8.1 Periodicidade da Medição**

8.1.1 A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando a efetiva disponibilização da solução, o funcionamento regular dos módulos contratados e o cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

8.1.2 A medição abrangerá o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês de competência.

**8.2 Parâmetros de Medição**

8.2.1 A medição observará, no mínimo, os seguintes parâmetros:

8.2.1.1 Disponibilidade do sistema (uptime);

8.2.1.2 Funcionamento integral dos módulos (tributos e NFS-e);

8.2.1.3 Cumprimento dos níveis de serviço (SLA);

8.2.1.4 Atendimento e resolução de chamados técnicos;

8.2.1.5 Execução de manutenções corretivas, preventivas e evolutivas;

8.2.1.6 Integridade e consistência das informações;

8.2.1.7 Regularidade das atualizações legais e tecnológicas.

8.2.2 A medição será formalizada por meio de relatório mensal de execução, elaborado pela contratada e validado pelo fiscal do contrato.

**8.3 Condições para Pagamento**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

8.3.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.3.2 O pagamento ficará condicionado:

8.3.2.1 Ao ateste da execução dos serviços;

8.3.2.2 Ao cumprimento dos níveis de serviço (SLA);

8.3.2.3 À apresentação de relatório mensal de execução;

8.3.2.4 À comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;

8.3.2.5 À inexistência de pendências contratuais.

8.3.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada.

8.4 Glosas e Descontos por Desempenho

8.4.1 O descumprimento dos níveis de serviço (SLA) implicará glosa proporcional automática no valor mensal.

8.4.2 A aplicação de glosa observará, no mínimo, os seguintes critérios:

8.4.2.1 Disponibilidade mensal do sistema:

≥ 99% → pagamento integral;

≥ 97% e < 99% → glosa de 5%;

≥ 95% e < 97% → glosa de 10%;

< 95% → glosa de 20%.

8.4.2.2 Chamados críticos não atendidos no prazo:

Até 2 ocorrências → sem glosa;

3 a 5 ocorrências → glosa de 5%;

Acima de 5 ocorrências → glosa de 10%.

8.4.2.3 Falhas recorrentes ou indisponibilidade de módulos essenciais:

Glosa adicional de até 10%, conforme avaliação do fiscal.

8.4.3 As glosas poderão ser cumulativas, observando o limite máximo de 30% do valor mensal.

8.5 Vedações de Pagamento Indevido

8.5.1 Não será efetuado pagamento:

8.5.1.1 Por serviços não executados;

8.5.1.2 Por serviços prestados em desacordo com o contrato;

8.5.1.3 Sem o devido ateste do fiscal;

8.5.1.4 Durante períodos de indisponibilidade total do sistema.

8.6 Forma de Pagamento

8.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela contratada.

8.6.2 Os valores pagos corresponderão exclusivamente aos serviços efetivamente prestados e aceitos.

8.7 Medição da Implantação



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

8.7.1 A fase de implantação poderá ser considerada como etapa específica de medição.

8.7.2 O pagamento referente à implantação somente será devido após:

8.7.2.1 Conclusão da migração de dados;

8.7.2.2 Validação da operação do sistema;

8.7.2.3 Homologação formal pela Administração.

8.8 Suspensão de Pagamento

8.8.1 O pagamento poderá ser suspenso nos seguintes casos:

8.8.1.1 Descumprimento contratual relevante;

8.8.1.2 Falhas graves na execução;

8.8.1.3 Não atendimento de notificações da Administração.

**09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.**

9.1 A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum.

9.2 O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, considerando o conjunto da solução, de forma a garantir a contratação mais vantajosa para a Administração.

9.3 A adoção do critério de menor preço global justifica-se pela natureza integrada da solução, cuja execução depende da perfeita interação entre seus componentes, não sendo tecnicamente recomendável o fracionamento.

**9.4 Forma de Disputa**

9.4.1 A disputa será realizada por meio de lances sucessivos, em sessão pública eletrônica, conforme regras estabelecidas no edital.

9.4.2 Será adotado o modo de disputa aberto, podendo haver fase de negociação ao final da etapa de lances.

9.4.3 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **1% (um por cento)** sobre o valor da proposta.

**9.5 Critérios de Aceitabilidade da Proposta**

9.5.1 Serão desclassificadas as propostas que:

9.5.1.1 Não atenderem às exigências do edital e deste Termo de Referência;

9.5.1.2 Apresentarem preços inexequíveis ou manifestamente inexequíveis;

9.5.1.3 Não demonstrarem viabilidade técnica da solução ofertada;

9.5.1.4 Apresentarem inconsistências que comprometam a execução do objeto.

9.5.2 Para fins de análise de exequibilidade, poderão ser exigidos documentos complementares, tais como planilhas de custos, memórias de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

cálculo e comprovação de preços praticados, nos termos da legislação vigente.

**10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

**Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

**10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.1.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**10.2 Documento de Identificação do Representante Legal**

10.2.1 A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

legitimidade da representação.

10.2.2 A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5 Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

**10.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

10.3.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual,





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.3.2 Disposições Gerais**

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

**10.4 Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2 Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3 Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1 Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2 Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3 Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6 Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.9 A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

**10.4.2 Disposições Gerais**

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

**10.5 Qualificação Técnica:**

10.5.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica.

10.5.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou ou está executando, de forma satisfatória, serviços de natureza compatível com o objeto desta contratação, especialmente serviços de mão de obra para atividades de limpeza urbana, varrição manual, coleta seletiva ou serviços operacionais correlatos.

10.5.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos serviços executados, o período de execução e o local da prestação dos serviços, de modo a possibilitar a aferição da compatibilidade com o objeto licitado.

10.5.1.3 Será admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão do licitante para a execução do objeto.

10.5.1.4 A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

10.5.2 A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução de serviços com características semelhantes às do objeto da contratação, considerando a disponibilização de mão de obra, gestão de equipes e execução de atividades contínuas.

10.5.3 Não será exigida comprovação de propriedade de bens ou equipamentos específicos, tendo em vista que o objeto da contratação se refere à prestação de serviços com fornecimento de mão de obra.

10.5.4 A licitante deverá declarar que possui capacidade operacional para disponibilização de profissionais em quantidade suficiente para atendimento das demandas da Administração, nos termos deste Termo de Referência.

10.5.5 Não será exigido registro em órgãos reguladores específicos, salvo aqueles legalmente obrigatórios para o exercício da atividade, considerando que o objeto não se enquadra como serviço sujeito à regulação por agência específica.

10.5.6 O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

contratação, endereço do contratante e local da execução dos serviços.

10.5.7 Declaração de disponibilidade de equipe técnica qualificada.

10.5.8 A Administração poderá exigir a realização de Prova de Conceito (POC), conforme item 5.9 deste Termo de Referência.

**11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.**

11.1 Executar o objeto contratado em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

11.2 Realizar a implantação completa do sistema, incluindo instalação, configuração, parametrização, testes e disponibilização em ambiente web.

11.3 Garantir o pleno funcionamento da solução durante toda a vigência contratual.

11.4 Disponibilizar licença de uso do sistema, sem interrupções, pelo período contratado.

11.5 Prestar suporte técnico contínuo, conforme níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência.

11.6 Realizar manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema, garantindo sua atualização tecnológica.

11.7 Promover capacitação inicial dos usuários indicados pela Administração, bem como fornecer orientações operacionais sempre que necessário.

11.8 Assegurar a segurança, integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações armazenadas no sistema.

11.9 Implementar mecanismos de controle de acesso, rastreabilidade e registro de logs das operações realizadas.

11.10 Realizar backups periódicos dos dados e garantir mecanismos de recuperação em caso de falhas.

11.11 Atender aos chamados técnicos dentro dos prazos estabelecidos nos níveis de serviço (SLA).

11.12 Disponibilizar canais formais de atendimento, tais como sistema de chamados, e-mail e/ou telefone.

11.13 Manter equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para a adequada execução dos serviços.

11.14 Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do contrato.

11.15 Corrigir, às suas expensas, falhas ou irregularidades identificadas na execução dos serviços.

11.16 Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

11.17 Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual.

11.18 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia autorização da Administração.

11.19 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

11.20 Fornecer relatórios periódicos de desempenho e execução dos serviços, quando solicitado pela Administração.

11.21 Garantir a compatibilidade do sistema com os ambientes tecnológicos utilizados pela Administração, quando aplicável.

11.22 Cumprir as determinações da fiscalização e da gestão do contrato.

11.23 Submeter-se às sanções administrativas previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento contratual.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.**

12.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor(es) designado(s), nos termos da legislação vigente.

12.2 Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto.

12.3 Disponibilizar acesso às instalações, sistemas e dados necessários para implantação e operação da solução, quando aplicável.

12.4 Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução contratual.

12.5 Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades identificadas na execução dos serviços.

12.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme este Termo de Referência e o contrato.

12.7 Atestar a execução dos serviços para fins de pagamento, após verificação da conformidade com as condições estabelecidas.

12.8 Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos e condições estabelecidos.

12.9 Aplicar sanções administrativas, quando cabível, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.10 Permitir o acesso dos profissionais da contratada, quando necessário, para execução dos serviços.

12.11 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, desde que pertinentes à execução do objeto.

12.12 Zelar pela adequada utilização do sistema pelos usuários internos.

12.13 Responsabilizar-se pela veracidade das informações inseridas no sistema pelos seus usuários.

12.14 Promover a capacitação interna dos usuários quanto às rotinas administrativas relacionadas ao uso da solução.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

12.15 Manter a infraestrutura mínima necessária para acesso ao sistema, incluindo equipamentos e conexão com a internet.

12.16 Notificar a contratada quanto a falhas ou indisponibilidades identificadas.

12.17 Cumprir as disposições contratuais e legais aplicáveis à execução do contrato.

### **13 - GARANTIA DE PROPOSTA**

**Base legal: Art. 58 da Lei nº 14.133/2021.**

13.1 Para assegurar a manutenção da proposta e a seriedade das ofertas apresentadas, poderá ser exigida garantia de proposta, correspondente a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

13.2 A garantia de proposta deverá ser apresentada pelo licitante nas seguintes modalidades, a seu critério:

13.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

13.2.2 Seguro-garantia;

13.2.3 Fiança bancária.

13.3 A garantia deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta, ou prazo superior, caso exigido no edital.

13.4 A garantia de proposta será restituída aos licitantes nas seguintes hipóteses:

13.4.1 Após a assinatura do contrato pelo licitante vencedor;

13.4.2 Após o encerramento do procedimento licitatório, para os demais licitantes;

13.4.3 Em caso de revogação ou anulação da licitação.

13.5 A garantia poderá ser executada nas seguintes situações:

13.5.1 Recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato;

13.5.2 Não apresentação da documentação exigida para contratação;

13.5.3 Descumprimento das condições estabelecidas no edital;

13.5.4 Prática de atos que comprometam a regularidade do certame.

13.6 A exigência da garantia de proposta visa resguardar a Administração contra desistências injustificadas e assegurar maior segurança ao procedimento licitatório.

### **14 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.**

14.1. Exigência da Garantia

14.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

14.2. Modalidades de Garantia

14.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

14.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

14.2.1.2. Seguro-garantia;

14.2.1.3. Fiança bancária.

14.3. Escolha da Modalidade

14.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

14.4. Prazo para Apresentação

14.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

14.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

14.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

14.5. Vigência da Garantia

14.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

14.6. Execução da Garantia

14.6.1. A garantia poderá ser executada para:

14.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

14.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

14.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais;

14.6.1.4. Demais hipóteses previstas no contrato administrativo.

14.7. Disposições Complementares

14.7.1. A garantia somente será liberada após a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais, mediante manifestação do gestor e fiscal do contrato.

14.7.2. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, substituição, execução e liberação da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

**15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.**

15.1. Disposições Gerais

15.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Sanções Aplicáveis

15.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

15.2.1.1. Advertência;

15.2.1.2. Multa;

15.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

Pública;

15.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. Multas

15.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

15.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

15.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

15.3.2. Os percentuais, limites e condições de aplicação das multas serão definidos no contrato administrativo, observando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

15.4. Impedimento de Licitar e Contratar

15.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

15.5. Declaração de Inidoneidade

15.5.1. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

15.6. Procedimento

15.6.1. A aplicação das sanções observará:

15.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

15.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

15.6.1.3. Decisão devidamente motivada.

15.7. Registro das Penalidades

15.7.1. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

**16 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

16.1 A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em pesquisa de preços de mercado, observando os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 65/2021.

16.2 A pesquisa de preços foi materializada por meio de levantamento junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerando contratações similares realizadas por outros entes públicos, conforme relatório de cotação constante dos autos.

16.3 Foram identificados e considerados 03 (três) preços válidos de contratações públicas similares, com os seguintes valores:

16.3.1 R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

16.3.2 R\$ 4.162,50 (quatro mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);

16.3.3 R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

16.4 O valor estimado da contratação foi definido com base na média aritmética dos preços obtidos, resultando no valor unitário mensal de: R\$ 4.454,17 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos);

16.5 Considerando a estimativa de 12 (doze) meses de prestação dos serviços, o valor global estimado da contratação corresponde a: **R\$ 53.450,04 (cinquenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais e quatro centavos);**

16.6 Metodologia Aplicada

16.6.1 A metodologia adotada foi a média aritmética dos preços válidos coletados, conforme previsto no art. 3º da Instrução Normativa nº 65/2021.

16.6.2 A pesquisa atende aos requisitos legais, contendo:

16.6.2.1 Identificação das fontes consultadas;

16.6.2.2 Série de preços coletados;

16.6.2.3 Método matemático aplicado;

16.6.2.4 Justificativa da metodologia adotada.

16.6.3 Registra-se que os preços foram extraídos de contratações públicas recentes, garantindo aderência à realidade de mercado.

16.7 Justificativa do Valor Estimado

16.7.1 O valor estimado reflete o preço praticado no mercado para soluções de gestão tributária municipal com características similares, incluindo:

Licenciamento de software;

Suporte técnico contínuo;

Manutenção evolutiva e legal;

Sistema de nota fiscal eletrônica;

Operação em ambiente web.

16.7.2 A estimativa mostra-se compatível com o mercado e adequada à complexidade do objeto, garantindo a vantajosidade da contratação.

**17 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0301 Secretaria Municipal de	2041 Gestão Administrativa e Operacional da	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros -Pessoa	15000000 Recursos não vinculados de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

Administração	Secretaria Municipal de Administração	Jurídica	Impostos
---------------	--	----------	----------

17.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

**18 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:**

**Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.**

18.1 A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com as diretrizes legais e com as boas práticas de gestão pública.

18.2 Considerando a natureza do objeto, consistente na disponibilização de solução tecnológica para gestão tributária municipal e emissão de nota fiscal eletrônica, a principal contribuição ambiental da contratação está relacionada à digitalização dos processos administrativos, reduzindo significativamente o consumo de recursos físicos.

18.3 A utilização do sistema informatizado proporcionará:

18.3.1 Redução do uso de papel, tinta e insumos de impressão;

18.3.2 Diminuição da necessidade de arquivamento físico de documentos;

18.3.3 Redução da circulação de documentos físicos entre setores;

18.3.4 Maior eficiência no armazenamento e recuperação de informações.

18.4 A disponibilização de serviços ao contribuinte em ambiente web, tais como emissão de certidões, guias e notas fiscais eletrônicas, contribui diretamente para a redução de deslocamentos, diminuindo impactos indiretos relacionados ao consumo de combustíveis e emissão de poluentes.

18.5 A contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, incluindo:

18.5.1 Utilização de infraestrutura tecnológica eficiente e, sempre que possível, com otimização do consumo energético;

18.5.2 Adoção de rotinas que minimizem o uso de recursos computacionais desnecessários;

18.5.3 Manutenção de ambiente tecnológico estável, evitando retrabalho e consumo excessivo de recursos.

18.6 Sempre que aplicável, a contratada deverá observar normas relacionadas ao descarte adequado de resíduos eletrônicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

18.7 A solução deverá priorizar a digitalização e automação dos processos, contribuindo para a modernização da Administração Pública e para a redução de impactos ambientais indiretos.

**19- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:**

**Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

19.1 Nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade, desde que não haja prejuízo à sua execução.

19.2 No presente caso, a contratação será realizada em lote único, tendo em vista a natureza integrada da solução pretendida.

19.3 O objeto compreende o fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão tributária municipal, incluindo sistema de nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e), bem como serviços associados de implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção e atualização contínua.

19.4 A execução do objeto depende de interdependência técnica entre os módulos e serviços, especialmente no que se refere:

19.4.1 À integração entre o sistema tributário e o sistema de NFS-e;

19.4.2 À consistência e unicidade da base de dados;

19.4.3 À rastreabilidade das operações fiscais;

19.4.4 À parametrização conforme a legislação municipal;

19.4.5 À manutenção e atualização integrada dos sistemas.

19.5 O eventual parcelamento do objeto poderia acarretar:

19.5.1 Incompatibilidade entre sistemas distintos;

19.5.2 Risco de inconsistência de dados e perda de integridade das informações;

19.5.3 Dificuldade na definição de responsabilidades contratuais;

19.5.4 Comprometimento da continuidade dos serviços;

19.5.5 Aumento dos custos operacionais e de gestão contratual.

19.6 Sob o aspecto econômico, a contratação integrada mostra-se mais vantajosa, evitando duplicidade de serviços, reduzindo custos de implantação e garantindo maior eficiência na execução.

19.7 Ressalta-se que o mercado dispõe de diversos fornecedores capazes de ofertar soluções completas e integradas, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

19.8 Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto é técnica e economicamente justificável, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço.

**20 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.**

20.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua.

20.2. A prorrogação da vigência contratual estará condicionada à demonstração da vantajosidade para a Administração, à manutenção das condições iniciais da contratação e ao interesse público devidamente



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

justificado.

20.3. Para fins de prorrogação, deverão ser observados, cumulativamente, a execução satisfatória do contrato, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a existência de disponibilidade orçamentária.

20.4. A formalização da prorrogação ocorrerá mediante termo aditivo, devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

20.5. A vigência contratual poderá ser encerrada nas hipóteses de rescisão previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

20.6. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante toda a vigência contratual, sendo vedada a interrupção injustificada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## **21 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Base legal: Lei nº 14.133/2021.**

21.1 O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação, constituindo documento essencial para a elaboração do edital e do contrato administrativo, vinculando as partes às suas disposições.

21.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e nas demais normas aplicáveis à matéria.

21.3 A participação no certame implica plena aceitação, por parte dos licitantes, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

21.4 A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à execução de contratos administrativos, segurança da informação e proteção de dados pessoais.

21.5 Eventuais alterações contratuais deverão observar os limites, hipóteses e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

21.6 A Administração poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular o procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente, devidamente motivado.

21.7 A execução do objeto deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

21.8 Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os documentos constantes da fase preparatória da contratação, especialmente o Documento de Formalização da Demanda (DFD), a estimativa de preços, o relatório de cotação e demais elementos constantes dos autos.

21.9 A contratada deverá garantir, ao término da vigência





***Prefeitura Municipal de QUIJINGUE***

***CNPJ Nº 13.698.782/0001-26***

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

contratual ou em caso de rescisão, a disponibilização integral da base de dados, em formato aberto e acessível, bem como prestar apoio técnico necessário à transição para nova solução, quando solicitado pela Administração.

21.10 Fica vedada qualquer forma de retenção de dados, bloqueio de acesso ou condicionamento de entrega de informações ao pagamento de valores não previstos contratualmente.

21.11 O foro competente para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do contrato será o da comarca vinculada ao Município de Quijingue/BA, salvo disposição legal em contrário.

**Quijingue/BA, em 17 de abril de 2026.**

***Gabriella Beatriz Rocha Matos***

***Secretária de Finanças***



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE001/2026PMQ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026  
ANEXO II  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
DISPENSABILIDADE DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Para os fins dos presentes autos, registra-se que a fase preparatória da contratação foi devidamente instruída com os elementos necessários à adequada caracterização da demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito do Município de Quijingue/BA, o Decreto Municipal nº 460/2024, em seu art. 4º, §1º, estabelece que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP é facultada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e dispensada na hipótese do inciso III do mesmo artigo, bem como nos casos de prorrogação de contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

No caso em análise, verifica-se que a contratação pretendida consiste no fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão pública municipal, incluindo sistema tributário e nota fiscal de serviços eletrônica, caracterizando-se como solução padronizada, amplamente disponível no mercado e com requisitos técnicos objetivamente definidos, não demandando avaliação comparativa complexa entre alternativas tecnológicas.

Ademais, trata-se de contratação cuja modelagem é amplamente consolidada na Administração Pública, não envolvendo inovação tecnológica, desenvolvimento sob medida ou variáveis técnicas que justifiquem a necessidade de aprofundamento típico do Estudo Técnico Preliminar.

Ressalta-se que as informações necessárias e suficientes à adequada instrução processual encontram-se devidamente consolidadas nos artefatos que compõem o presente processo administrativo, especialmente no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Termo de Referência, os quais:

- Caracterizam de forma clara a necessidade administrativa;
- Definem a solução pretendida;
- Estabelecem requisitos técnicos e operacionais;
- Delimitam o objeto com precisão.

Registra-se, ainda, que a não elaboração do Estudo Técnico



***Prefeitura Municipal de QUIJINGUE***

***CNPJ Nº 13.698.782/0001-26***

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

Preliminar não compromete a viabilidade da contratação, tampouco a segurança jurídica do procedimento, tendo sido observados os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

Dessa forma, à luz da legislação vigente e do regulamento municipal aplicável, resta devidamente justificada a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no presente caso.

Quijingue/BA, 04 de maio de 2026.

**Gabriella Beatriz Rocha Matos**  
**Secretária de Finanças**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE001/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº060/2026**  
**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADO**

**1. QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE:**

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

**2. OBJETO:**

**2.1.** O objeto da presente dispensa de licitação é a  
.....

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA E MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

**3. PROPOSTA DE PREÇOS:**

Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/2021 e às cláusulas e condições previstas no Aviso de Contratação Direta acima numerado, incluindo os seus Anexos;

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante legal do proponente

CPF Nº \_\_\_\_\_

RG Nº \_\_\_\_\_

(Papel timbrado da proponente)



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE001/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº \*\*\*/\*\*\*\***

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \*\*\*/\*\*\*\*, QUE FAZEM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE – BAHIA**, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular, a **Prefeitura Municipal de Quijingue**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSE ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) XXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO(A), neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa na forma Eletrônica** sob o Nº DE001/2026PMQ, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para \*\*\*\*\*

nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Dos itens que compõem o objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA E MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

Perfazendo um valor total de R\$....., .. (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. A vigência da presente contratação será de 03 (três) meses, conforme o que preceitua o Art. 106 da lei 14.133/2021, considerada da data de assinatura, o Contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 107 da lei 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência.

**4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**Recebimento do Objeto**

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

5.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

5.8.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

5.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**Forma de pagamento**

5.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em   /  /   (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGP-M** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto Contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.2. Proporcionar a Contratada todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime a Contratada de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios dos serviços;

7.5. Após o recebimento, a Contratante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação acerca do aceite final dos materiais/serviços;

7.6. Em caso de recusa do material, a Contratada deverá efetivar sua substituição no prazo de até 1h contados, a partir da comunicação da recusa, ficando todos os custos decorrentes da substituição às suas expensas;

7.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto Contratado;

8.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os serviços, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

8.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

8.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

8.5. Emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

8.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

8.7. Em sujeição às normas técnicas, os gêneros devem atender aos

requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

8.8. A contratada deverá entregar os serviços, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

8.9. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão entregues;

8.10. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

8.11. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços;

8.12. A empresa deverá apresentar os produtos que fazem parte dos serviços constituídos e embalados com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos;

8.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

8.14. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios dos serviços;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

8.17. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão entregues;

8.18. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos serviços fornecidos;

8.19. A contratada deverá executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante;

8.20. A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer nota fiscal correspondente aos serviços comercializados, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão-de-obra dos serviços, transporte até o local da entrega que será no local, previamente, indicado pela Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ;

8.21. Durante a execução de entrega dos serviços, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento dele, e, caso ocorra imprevistos deverá notificar de imediato a Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ, sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos serviços;

8.22. Os serviços deverão ser recebidos pelos respectivos fiscais de contratos, nos dias e horas determinados no termo de referência;

8.23. Nenhum dos serviços contratados poderá ser substituído por outros diversos, salvo por serviços de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa da Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ;

8.24. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**9. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato;

i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(3) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(4) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1. As despesas deste contrato correm à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15000000 Recursos não vinculados de Impostos

12.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato



**Prefeitura Municipal de QUIJUNGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

15.1. Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei Nº 14.133/2021, fica designado o servidor **XXXXXXXXX - CPF Nº XXXXXXXX, XXXX, lotada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§ 1º À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§ 2º A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Euclides da Cunha/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Quijungue (BA), \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Quijungue**

CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26

**José Romero Rocha Matos Filho**

Representante legal do CONTRATANTE

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

\*\*\*\*\*

**CPF Nº \*\*\*\*\***

\*\*\*\*\*

**CPF Nº \*\*\*\*\***



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE001/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \*\*/\*\*\*\***

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*, no (a) **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSE ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**

**CNPJ:**

**Representante:**

**Telefone:**

**Email:**

**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

**CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE001/2026PMQ.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

**CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

**CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

**CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

Serviço ou instrumento equivalente.

**CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

*Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.*

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

**CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

**JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX